



1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**
2 **HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2007, NO AUDITÓRIO DA SMSA,**
3 **AV: AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.**

4 Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e sete, foi realizada a reunião extraordinária do
5 Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, iniciada às 14h40 pelo presidente do CMSBH,
6 Wellington Bessa, com a leitura de pauta: 1 – Informes gerais; 2 – Apresentação e avaliação do
7 protocolo de cooperação entre o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da
8 Universidade de Coimbra, decorrente da visita da CMSBH a Portugal; 3 – Apresentação,
9 avaliação e aprovação do projeto de Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Odilon
10 Behrens; 4 – Assuntos gerais. A conselheira Claudete elogiou o atendimento dos Hospitais
11 Santana e Santa Casa. A participante Mônica explicou como funciona o Comitê de Ética em
12 Pesquisa do Centro Mineiro de Homeopatia e que é uma exigência do Conselho Nacional de
13 Pesquisa a indicação de um usuário do Conselho. A conselheira Maria Amélia de Souza falou
14 sobre o serviço de reabilitação de portadores de necessidades especiais. O conselheiro Evaristo
15 Garcia de Matos leu um texto sobre a tentativa de destruição do sistema de saúde pública. O
16 presidente do Conselho Distrital de Saúde Venda Nova, Ernani reivindicou que as datas das
17 reuniões sejam mais bem planejadas para viabilizar a participação dos conselheiros. A
18 participante da Ong Vida Digna, Sidnéia disse que todos os métodos contraceptivos devem ser
19 distribuídos à população gratuitamente. A servidora da UPA Venda Nova disse que a UPA conta
20 com um conselho de usuários. A conselheira distrital de Saúde Ventosa, Manuela do Prado falou
21 sobre o índio que foi assassinado e que a violência em todo o país. Em seguida, o presidente do
22 Conselho, Wellington Bessa passou para o próximo ponto de pauta, referente ao protocolo de
23 cooperação entre a Universidade de Coimbra e a SMSA. Foi convidado a fazer parte da mesa de
24 debate, o conselheiro Robson Itamar, que juntamente com a conselheira a Marta Auxiliadora
25 Ferreira, que também compôs a mesa, participou da visita do Conselho a Portugal. Robson disse
26 que como o teor do protocolo está relacionado a assuntos institucionais, ficou a cargo da SMSA e
27 da universidade elaborá-lo. Informou que a Universidade tem como proposta, realizar um estudo
28 acadêmico sobre controle social para toda a Europa, sendo que o Conselho participará como
29 objeto de estudo para este trabalho. Disse também que o secretário municipal de Saúde, Helvécio
30 Miranda está de acordo com a proposta e que os aspectos legais do convênio não ficaram a cargo
31 do CMSBH, tanto porque, ele refere-se ao município de Belo Horizonte. O Conselho participará
32 fornecendo informações sobre controle social e troca de experiências. Robson falou ainda sobre o
33 movimento contra a falta de materiais nas unidades de saúde. A conselheira Marta Auxiliadora
34 Ferreira disse que a visita a Portugal foi um grande passo para o Conselho, inclusive para os
35 usuários que foram representados na ocasião. Fez um comparativo entre os sistemas de saúde
36 dos dois países e que este protocolo é um avanço para Belo Horizonte. Quanto ao interesse da
37 Universidade de Coimbra em políticas sociais, ela falou sobre a o convênio com a Universidade
38 Federal de Minas Gerais e sobre as experiências do Orçamento Participativo Digital. Ainda
39 segundo Marta, mesmo com todos os problemas de uma grande metrópole, Belo Horizonte é um
40 exemplo em controle social para toda Europa. A conselheira e secretária municipal adjunta de
41 Saúde, Maria do Carmo disse que prestará esclarecimentos sobre a greve dos servidores públicos
42 em momento oportuno e sobre a falta de materiais mencionados pelo conselheiro Robson Itamar,
43 e que apelar para a justiça é uma forma de iniquidade. Sobre o protocolo entre a Universidade de
44 Coimbra e a SMSA, informou que não conhece muito o professor Boaventura Sousa, mas que já
45 ouviu e leu sobre o seu trabalho, que ele é um defensor das políticas públicas e que é a favor do
46 protocolo, que trará experiências coletivas e individuais para todos. O participante Willer Marcos
47 Ferreira disse que as informações sobre saúde são públicas e perguntou qual é realmente a
48 intenção deste protocolo e pediu informações sobre a dotação orçamentária do Conselho. Disse
49 estar preocupado com a anulação do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, enquanto
50 instância de controle social, pelas ações de gestão participativa. Acrescentou que o protocolo de
51 intenções com a Universidade de Coimbra diz respeito à SMSA e não ao Conselho. Perguntou o
52 que o Conselho ganhará com isso. A servidora da UPA Venda Nova, Rosângela de Fátima
53 perguntou como é o sistema de arrecadação para a saúde em Portugal e o conselheiro Evaristo
54 Garcia falou sobre a gestão participativa em Belo Horizonte. A secretária geral do Conselho,
55 Fátima Regina Fonseca Lima disse nunca ter entendido o real motivo da viagem dos conselheiros
56 Marta e Robson a Portugal, considerando que o SUS é um sistema nacional e que deve ser
57 discutido aqui. No mais seria um intercâmbio de experiências. Disse não ter entendido bem o

58 objetivo do protocolo, em que o Conselho foi mencionado apenas uma vez. E quanto às
59 informações é a Secretaria Municipal de Saúde que se compromete em repassá-las, levando a
60 concluir que o Conselho foi excluído do protocolo. Disse que os conselheiros como representantes
61 do controle social devem garantir que o Conselho esteja contemplado. A conselheira Ivanil
62 Mendes Martins disse que o protocolo é vago e muito fragmentado. Ela acredita que muitas
63 universidades entendem o controle social como algo teórico, mas é na prática que ele realmente
64 ocorre. Perguntou ainda qual será a contrapartida da universidade, que ao menos, custeou a
65 viagem dos conselheiros. O conselheiro Valdir disse que p controle social é de domínio público e
66 que a Universidade de Coimbra não tem nada a oferecer, ao contrário do Brasil que produz muito
67 em questão de controle social. O conselheiro Robson Itamar falou dos gastos dos conselheiros
68 com viagens, que pode ser até um meio de vida fácil, inclusive para os conselheiros que recebem
69 por viagens. Concordou que o protocolo é realmente evasivo, que o SUS é nacional, mas que
70 vivemos em uma economia global e que é importante unir-se ao meio acadêmico. Falou anda,
71 sobre as negociações da Prefeitura com o funcionalismo em greve. A conselheira Romélia disse
72 que o protocolo não informa que o Conselho deve aprová-lo e que quem o redigiu deveria estar
73 presente para explicá-lo. Segundo a conselheira o protocolo é muito vago e a única coisa que está
74 clara é que protocolo é da Universidade de Coimbra e da SMSA. A conselheira e secretária um
75 municipal de Saúde, Maria do Carmo disse que não estava na assembléia que deliberou pela
76 greve e sobre as viagens, disse que os relatórios de gastos estão abertos a todos os conselheiros
77 que quiserem consultar e concorda que realmente o protocolo é muito genérico. Ele poderia ser
78 mais concreto e detalhado e sugeriu que o projeto seja submetido à aprovação do Conselho, que
79 deve constar no protocolo. Isso amarra melhor o texto e a discussão ampla. A conselheira Marta
80 Auxiliadora explicou como funciona o sistema de arrecadação e funcionamento dos serviços de
81 saúde em Portugal. Disse que a socióloga Marisa Matias visitou Brasília, Belo Horizonte e mais
82 quatro estados para conhecer a realidade do controle social. A conselheira Simone Dutra Lucas
83 propôs que as viagens nacionais e internacionais, financiadas com recursos do Conselho, sejam
84 aprovadas pelo plenário e com critérios. A conselheira aproveitou a oportunidade para explicar
85 como são realizados os trabalhos e pesquisas acadêmicas. O conselheiro Roberto Chateaubriand
86 falou sobre o trabalho do professor Boaventura com políticas públicas e participativas. Esclareceu
87 que como o CMSBH não é institucionalizado não pode celebrar protocolos, o que cabe no caso, à
88 SMSA. O conselheiro Romeu Pires disse que as condições de Brasil e Portugal podem ser
89 equiparadas. O participante Willer Marcos Ferreira falou sobre a atuação do CMSBH e o
90 conselheiro Wagner disse que o protocolo está obscuro e deve ser submetido a uma avaliação
91 jurídica. O presidente Wellington Bessa disse que o protocolo será firmado ente a SMSA e a
92 Universidade de Coimbra e a secretária geral Fátima explicou como foi o processo de discussão
93 do protocolo no Conselho. Robson sugeriu que o objetivo do protocolo fosse tripartite e Marta
94 falou um pouco sobre a sociedade portuguesa. A conselheira e secretária municipal adjunta de
95 saúde, Maria do Carmo disse que o protocolo já passou pela avaliação jurídica da SMSA e que
96 várias colocações feitas pelos conselheiros nesta reunião já foram contempladas nesta revisão.
97 Em seguida, Maria do Carmo fez a leitura do protocolo revisado. Mesmo que o Conselho não
98 tenha CNPJ ele pode participar do protocolo como interveniente. Segundo ela, todas as ações do
99 protocolo serão submetidas à aprovação do Conselho e será realizada uma revisão para que o
100 Conselho entre em parte igual com a SMSA. O participante Willer Marcos propôs que o plenário
101 seja contrário, até se conheça seu conteúdo por completo e a conselheira Simone Dutra Lucas
102 propôs que a Universidade submeta ao Conselho o termo de pesquisa. Já conselheiro Wagner
103 Francisco fala que o projeto não deve ser votado, enquanto a conselheira Anadil sugere que o
104 tema deve ser discutido em outro momento nas câmaras técnicas com a presença da
105 Universidade, para posteriormente ser encaminhado ao plenário do Conselho. A conselheira e
106 secretária, Maria do Carmo propôs que qualquer projeto seja submetido à aprovação dos projetos
107 do protocolo e se houver pesquisa ao Comitê de Ética da SMSA, não somente ao da Universidade
108 de Coimbra. Ver a possibilidade de colocar o Conselho como assinante do protocolo, e caso não
109 seja possível, assinando ou não os projetos devem ser submetidos ao Conselho. Os conselheiros
110 Marta Auxiliadora Ferreira e Robson Itamar da Silva fizeram as suas considerações finais. O
111 presidente do Conselho, Wellington consultou novamente o plenário e certificou-se de que os
112 presentes não estão de acordo com a assinatura do protocolo. Ele lamentou o fato do Conselho
113 não participar desse termo de cooperação, e que o termo final não tenha sido encaminhado a
114 tempo para conhecimento de todos os conselheiros. A conselheira e secretária municipal adjunta

115 de Saúde, Maria do Carmo disse que a primeira dificuldade foi o fato de ter existido um viagem
116 que não foi processada adequadamente por alguns conselheiros, o que tem dificultado a
117 assimilação de um projeto importante para todos. A segunda é o fato de não ter sido encaminhado
118 a tempo a versão final do termo, mas ao final da leitura dos seis pontos que foram modificados
119 para contemplar os questionamentos do Conselho, todos os presentes não se posicionaram
120 contra e a não aprovação do termo não pode ser atribuído a isso. O participante, Willer Marcos
121 disse que o protocolo não foi apresentado para ser discutido com o Conselho e pediu que fossem
122 levantados os dados de todas as viagens realizadas pelos conselheiros. Segundo ele, o que deve
123 ser analisado é se o plenário não irá aprovar o termo por não se sentir totalmente esclarecido
124 sobre o assunto ou se o motivo foi à viagem dos conselheiros a Portugal. O presidente do
125 Conselho, Wellington Bessa consultou novamente os conselheiros habilitados a votar, se eles
126 gostariam de votar o termo. O conselheiro Wagner Francisco disse que a votação do termo não
127 estava pautada para esta reunião. Fátima Regina esclareceu que a reunião foi chamada para
128 apresentação e que a apresentação não está tranqüila. Mas o plenário pode deliberar sobre o que
129 deve ser feito. O que deve ser esclarecido é se o conselho desconhece o termo ou se não deseja
130 aprovar porque a pauta não foi direcionada para isso. Maria do Carmo propôs que, como alguns
131 conselheiros não se sentem totalmente esclarecidos para votar sobre a segunda versão do termo,
132 seria feita uma primeira versão de esclarecimento com assinatura do secretário e da Universidade
133 com avaliação da Assessoria Jurídica da SMSA. Aí seria feita uma segunda proposta para
134 avaliação do Conselho. Fátima informou que continua não concordando e que não estará
135 presente à assinatura do protocolo, sendo que o Conselho será representado pelo presidente
136 Wellington. Em seguida, Wellington sugeriu que a apresentação do projeto do HOB, seja feita em
137 outra ocasião. Alguns conselheiros discordaram, pois o término da reunião é às dezoito horas e é
138 uma apresentação muito tranqüila. Antes da apresentação, o conselheiro Roberto Chateaubriand
139 foi escolhido pelo plenário como representante do Conselho no Comitê de Ética em Pesquisa do
140 Centro Mineiro de Homeopatia. Depois, o presidente Wellington Bessa deu início à apresentação
141 do Projeto de Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Odilon Behrens. A representante
142 do Hospital Andréa realizou a apresentação do projeto e um resumo foi impresso e distribuído a
143 cada conselheiro presente. A versão integral do projeto encontra-se nos arquivos da Secretaria
144 Executiva do Conselho para consultas. Andréa explicou como surgiu a idéia da residência, como é
145 a formação do profissional de residência e que a proposta visa ir além disso. Falou sobre a
146 duração e carga horária (dois anos e cinco mil horas), seleção, vagas disponíveis, proposta
147 didática e necessidades de atendimento do HOB. Em seguida, informou sobre a parceria com o
148 Hospital Sofia Feldman, visando o atendimento humanizado ao recém nascido e de que a
149 residência também tem a proposta de que o profissional tenha uma formação mais abrangente de
150 toda a área de saúde. Explicou como será a coordenação do projeto, inclusive com a participação
151 do Conselho de Saúde do HOB e do CMSBH, a pedido da CTCA. Andréa também explicou como
152 será feita a divisão da carga horária e os custos, bolsas disponibilizadas aos estudantes, a divisão
153 de vagas dos preceptores, currículos dos participantes, e com estratégias que possibilitarão a
154 participação de todos em todas as áreas de atuação da residência. A relatora da Câmara Técnica
155 de Controle, Avaliação e Municipalização, Wânia Regina do Carmo fez a leitura do parecer a
156 respeito do projeto e lamentou o esvaziamento do plenário, considerando o avanço do horário, e
157 que os conselheiros não deveriam votá-lo, para discuti-lo em outra oportunidade. “A Câmara
158 Técnica de Controle e Avaliação e municipalização de BH, resolve recomendar a plenária do
159 Conselho Municipal de Saúde a aprovação do projeto de residência multiprofissional em Saúde do
160 Hospital Municipal Odilon Behrens (Gerência de ensino e pesquisa) em parceria com o Hospital
161 Sophia Feldman. O projeto baseia-se na inovação do modelo existente de qualificação das
162 diferentes categorias profissionais, que ocorre de forma individualizada através de cursos de pós-
163 graduação, restrita a cada profissão, com a criação de um novo modelo de formação que visará o
164 ensino interdisciplinar atuando nas áreas de urgência, emergência e terapia intensiva. Saúde da
165 mulher e do recém-nascido. A Câmara Técnica recomenda ainda que: 1- Seja vinculado ao
166 quadro da coordenação, um representante do conselho de Saúde do Hospital Sophia Feldman e
167 do conselho municipal de saúde. 2 - Que o projeto seja apresentado ao conselho de Saúde do
168 Hospital Sophia Feldman. 3 - Que o profissional graduado (bolsista), preste remuneradamente
169 serviço ao SUS, no prazo mínimo de um ano. Belo Horizonte, 04/09/2007. Wânia Regina do
170 Carmo Soares. Relatora da Câmara Técnica de Controle e Avaliação”. Falaram sobre o assunto
171 os conselheiros: Wagner Francisco Alves Pereira, Anadil Ruhnau, Ivanil Fernandes de Melo, Maria



172 Amélia Sousa, Romeu Pires de Araújo, Evaristo Garcia de Matos e Henrique, visitante do Rio
173 Grande do Sul. O conselheiro Sérgio Hirle propôs que os participantes da residência sejam
174 contemplados com um seguro de vida. Andréa esclareceu que todos os estagiários têm seguro
175 dentro do Hospital. Falou também sobre a comissão nacional de residência, sobre os recursos
176 vindos do Fundo Nacional de Saúde para pagamento das bolsas, a contrapartida do hospital,
177 férias dos residentes, carga horária para seminários e se haverá contratação após o término da
178 reunião. Em seguida, o presidente Wellington colocou o projeto de residência multiprofissional em
179 Saúde do Hospital Municipal Odilon Behrens em votação. O projeto foi aprovado por unanimidade,
180 com as ressalvas do parecer da CTCA. Estiveram presentes: Anadil Benedita Ruhnau, Claudete
181 Liz de Almeida, Fátima Regina Fonseca, Leonardo Costa Barbosa, Magali Rodrigues Alves, Maria
182 Amélia Souza Costa, Marta Auxiliadora Ferreira, Nilton César Rodrigues, Raquel Álvares da Silva
183 Campos, Roberto Chateubriand Domingues, Roberto dos Santos, Romélia Rodrigues Lima, Maria
184 do Carmo, Ivani Fernandes de Melo, Danielle Mara Darnelas Cruz, Evaristo Garcia de Matos,
185 Sérgio Hirle de Souza, Henderson Tsutumu Hirata, Luciamar de Almeida Silva, Robson Itamar da
186 Silva, Sebastião Ferreira Bastos, Simone Dutra Lucas, Valdir Matos de Lima, Wagner Francisco
187 Alves Pereira, Wânia Regina do Carmo Soares, Ivanil Mendes Martins, Jadir Martins, Eunice
188 Rocha Sena, Às 18h30, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a
189 presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo secretário geral e pelo 1º secretário do
190 Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 18 de setembro de 2007. LPM